

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v15i30.6334>

## PAUL RICOEUR: A METÁFORA VIVA - O PONTO DE VISTA ENTRE A RETÓRICA E A POÉTICA DE ARISTÓTELES

*Paul Ricoeur: The Rule of Metaphor – the perspective between Aristotle’s rhetoric and poetics*

Antônio Hélio Rocha Alves<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa apresentar de forma breve alguns pontos da análise de Paul Ricoeur, em especial *A Metáfora Viva* no seu Estudo I Entre Retórica e Poética realizada pelo filósofo no estudo acima citado, divididos em cinco partes: 1- O desdobramento da retórica e da poética. 2- O núcleo comum à poética e à retórica: “a epífora do nome”. 3- Um enigma: metáfora e comparação (eikōn). 4- O lugar “retórico” da *léxis*. 5- O lugar “poético” da *léxis*. Com base na análise do texto de Ricoeur sobre o tema, e com a ajuda de comentadores de referência, buscamos introduzir o leitor de forma didática à discussão e os pontos de vista sobre a hermenêutica linguística no período contemporâneo, destacando a contribuição do pensamento ricoeuriano. Onde o filósofo discute o lugar da metáfora no campo da linguagem, explorando sua evolução histórica desde a retórica clássica até uma abordagem poética mais ampla e transformadora. Ele apresenta a metáfora não apenas como um ornamento estilístico, mas como operação linguística que possibilita a criação de novos significados. **Palavras-chave:** Metáfora Viva; Retórica; Poética; Paul Ricoeur.

### ABSTRACT

The work aims to briefly present some points of Paul Ricoeur's analysis, especially *The Living Metaphor* in his Study I Between Rhetoric and Poetics carried out by the philosopher in the study mentioned above, divided into five parts: 1- The unfolding of rhetoric and poetics. 2- The common core of poetics and rhetoric: "the epiphora of the name". 3- An enigma: metaphor and comparison (eikōn). 4- The "rhetorical" place of the lexis. 5- The "poetic" place of the lexis. Based on the analysis of Ricoeur's text on the subject, and with the help of reference commentators, we seek to introduce the reader in a didactic way to the discussion and points of view on linguistic hermeneutics in the contemporary period, highlighting the contribution of Ricoeur's thought. Where the philosopher discusses the place of metaphor in the field of language, exploring its historical evolution from classical rhetoric to a broader and more transformative poetic approach. He presents metaphor not only as a stylistic ornament, but as a linguistic operation that enables the creation of

---

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista voluntário do PET Filosofia UFPI. E-mail: heliorochaluz@gmail.com



new meanings.

**Keywords:** Living Metaphor; Rhetoric; Poetics; Thought of Paul Ricoeur.

## INTRODUÇÃO

Paul Ricoeur, que nasceu no século XX, é considerado um importante filósofo no estudo da Hermenêutica, para a filosofia contemporânea. No prefácio da edição de sua obra *A Metáfora Viva*, precisamente no estudo I, Entre a Retórica e Poética, procura estabelecer e desenvolver um ponto de vista determinado através do pensamento filosófico, de modo a encontrar um caminho seguro, fazendo com que, em seu itinerário que tem início com retórica clássica, e neste primeiro momento da passagem no estudo de uma disciplina a outra segue das entidades linguística correspondente a palavra. O estudo “Entre retórica e poética” é consagrado a Aristóteles. Foi ele, com efeito quem definiu a metáfora para toda história posterior do pensamento ocidental, sobre a base de uma semântica que toma a palavra ou o nome como unidade básica. Além disso, sua análise situa-se no cruzamento de duas disciplinas que têm objetivos distintos: a “persuasão” no discurso oral e a mimesis das ações humanas na poesia trágica. Para Ricoeur, o estudo não visa substituir a retórica pela semântica e, esta pela hermenêutica, e em refutar assim uma pela outra, mas tende antes a legitimar cada ponto de vista no interior dos limites da disciplina que lhe corresponde, e a fundar o encadeamento sistemático dos pontos de vista sobre a progressão da palavra à frase e da frase ao discurso. portanto, de uma proposta de inversão da metodologia predominante até o período a qual está inserido, mas na filosofia contemporânea a hermenêutica e linguística tem um papel importante nas definições da linguagem ao qual cada palavra se sintoniza ao contexto filosófico ou literário. O presente trabalho tem por finalidade apresentar, ainda que minimamente, uma breve introdução à essa inversão metodológica proposta por Ricoeur, mesmo sem qualquer pretensão de aprofundamento ou esgotamento da discussão.

A retórica da metáfora toma a palavra como unidade de referência. A metáfora, em consequência, é classificada entre as figuras de discurso em uma única palavra e definida como tropo por semelhança. Enquanto figura, consiste em um deslocamento e em uma aplicação do sentido das palavras; sua explicação deriva de uma teoria da substituição. Para expor tais assuntos, serão aqui trabalhados alguns trechos da *A metáfora viva*, texto de referência para a confecção do artigo.

## O DESLOCAMENTO DA RETÓRICA E DA POÉTICA

Para que seja possível uma reconstrução adequada dos argumentos produzidos por Ricoeur em sua filosofia, que ficou conhecida como crítica, é preciso, inicialmente, um olhar atento sobre a época na qual o autor produziu sua filosofia. Falar em um período contemporâneo é chamar a atenção para uma redescoberta do homem e suas capacidades, mais ainda, é olhar para a teoria de sua proposta filosófica que este homem pode produzir.

Em primeiro lugar, o simples exame do índice da Retórica de Aristóteles atesta que não somente de disciplina falecida que recebemos a teoria das figuras, mas de uma disciplina amputada. A retórica de Aristóteles abrange três campos: uma teoria da argumentação, que constitui seu eixo principal e fornece ao mesmo tempo o nó de sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia (essa teoria da argumentação abrange por si só dois terços do tratado), uma teoria da elocução e uma teoria da composição do discurso.

É neste cenário de intensa disputa teórica que Paul Ricoeur se vê enveredado para resolver problemas deixados pela filosofia grega e com a questão principal da validação do uso da metáfora entre os discursos filosóficos e poético com extensão até o discurso especulativo engrandecendo-a como evento filosófico em toda sua dimensão. De maneira talvez reducionista, pode-se afirmar que a grande questão a que Ricoeur se viu desafiado a responder foi: como é possível através da linguagem hermenêutica validar a metáfora viva, na filosofia contemporânea? O filósofo encontrou limitações na resposta e buscou construir um pensamento que pudesse superá-los, conservando elementos de ambas as teorias.

O que os últimos tratados da retórica nos oferecem é, segundo a feliz expressão de G. Genette, uma “retórica restrita”, restrita antes de tudo, à teoria da elocução, mas também a teoria dos tropos. A história da retórica é a história da pele mágica. Uma das causas da morte da retórica está aí: ao reconduzir-se a uma de suas partes, a retórica perdeu ao mesmo tempo o nexus que a vinculava à filosofia por meio da dialética; perdida essa ligação, tornou-se a retórica uma disciplina errática e fútil. A retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao Organon e a filosofia



primeira.

Este sentimento de uma perda irremediável se intensifica quando consideramos que o próprio e vasto programa aristotélico representava, se não uma redução, ao menos uma racionalização de uma disciplina que, em seu lugar de origem, Siracusa, se propusera regular todos os usos da palavra pública. Havia retórica porque havia eloquência pública. A observação vai mais longe: em primeiro lugar, a palavra foi uma arma destinada a influenciar o povo, diante do tribunal, na assembleia pública, ou ainda para elogio ou panegírico: uma arma chamada a dar a vitória nas lutas em que o discurso é decisivo.

Contudo, afirmar uma retórica como teoria da elocução, é também estabelecer seus limites, até onde pode ir, e Ricoeur não se furtou a estabelecer esses limites, por meio de seu Estudo I, em *A Metáfora Viva*. Ricoeur argumentou que, assim como Aristóteles sugeriu que a retórica e poética, a taxionomia das figuras já existente o discurso consciente de si mesmo, a filosofia considera a retórica aristotélica uma disciplina domesticada, solidamente saturada e pela teoria da argumentação, da qual a retórica em seu declínio foi amputada.

A retórica dos gregos não tinha somente um programa singularmente mais vasto que a dos modernos; ela extraía de sua relação com a filosofia todas as ambiguidades de estatuto. A origem “selvagem” da retórica explica bem o caráter propriamente dramático desse comércio. O *corpus* aristotélico apresenta-nos somente um dos equilíbrios possíveis, em meio a tensões externas, precisamente aquele que corresponde ao estado de uma disciplina que já não é simplesmente uma arma na praça pública, mas que ainda não é uma simples botânica das figuras.

Para entender o itinerário intelectual riquieriano é preciso recorrer à filosofia primeira que o despertou, como o próprio autor fez questão de ressaltar. Embora Ricoeur não vá partilhar de todas as técnicas fundadas acerca do conhecimento das causas que geram efeitos de persuasão confere um poder formidável a quem domine perfeitamente. tais investigações se tornaram guias para a construção.

A retórica é, sem dúvidas, tão antiga quanto a filosofia; diz-se que Empédocles a “inventou”. Por esta razão, ela é sua mais velha inimiga e sua mais antiga aliada. Sua mais velha inimiga: é sempre possível que a arte de “bem falar” libere-se do cuidado de “dizer a verdade”; a técnica fundada no conhecimento das causas que geram os efeitos da persuasão confere um poder formidável a quem domine perfeitamente: o poder do de dispor das palavras sem as coisas, e dispor dos homens ao dispor das palavras. Talvez seja necessário

compreender que a possibilidade dessa cisão acompanha toda a história do discurso humano. Antes de tornar-se fútil, a retórica fora perigosa. Eis por que Platão a condenava: para ele a retórica é para a justiça – virtude política por excelência – o que a sofística é para a legislação; e as duas são, para a alma, o que são, para o corpo, a cozinha em relação a medicina e a cosmética em relação a ginástica, isto é, artes de ilusão e de engano. Essa condenação, da retórica como pertencendo ao mundo da mentira, do pseudos, não pode ser perdida de vista. A metáfora também terá seus inimigos. Numa interpretação que se pode dizer tanto “cosmética” quanto “colunaria”, não verão nela nada além de simples ornamento e puro deleite. Toda condenação da metáfora como sofisma participa da condenação da própria sofística. A filosofia riquieriana se configura como uma crítica tanto a forma de aplicação do conceito ao qual retórica se transformou, quanto ao mesmo modo, no que tange o papel da metáfora na constituição do discurso. Ricoeur, se destaca como autor que dá um extremo valor para um novo caminho e uso desses conceitos, pois a filosofia jamais esteve em condição de destruir ou absorvê-la.

A dualidade da retórica e da poética reflete uma dualidade no uso do discurso tanto quanto em situações do discurso. A retórica, já se disse, foi antes de tudo uma técnica da eloquência; seu alcance; seu alcance é o mesmo da eloquência, a saber, gerar a persuasão. Ora, esta função, por mais vasta que sua extensão, não cobre todos os usos do discurso. A poética, arte de compor poemas, trágicos principalmente, não depende, nem quanto à função nem quanto à situação do discurso, da retórica, arte da defesa, da deliberação, da repreensão e do elogio. A poesia não é a eloquência. Ela não visa à persuasão, mas produz a purificação das paixões do terror e da piedade. Poesia e eloquência desenham assim dois universos de discursos distintos. Ora, a metáfora tem um pé em cada domínio. Ela pode, quanto à estrutura, consistir apenas em uma única operação de transferência do sentido das palavras, mas, quanto à função, ela dá continuidade aos destinos distintos da eloquência e da tragédia; há, portanto, uma única *estrutura* da metáfora, mas duas *funções*: uma função retórica e uma poética. (Ricoeur, 2000, p. 23)

Percebe-se aí que a filosofia riquieriana, neste sentido, afasta-se de uma posição contra o uso da metáfora como função técnica da eloquência, uma vez que discorda de o papel atribuído à metáfora no processo do discurso construir em uma única operação como papel de transferência das palavras. Isto anula diretamente as funções da estrutura da metáfora.

Por sua vez, essa dualidade de função na qual se exprime a diferença entre o mundo



político da eloquência e o mundo poético da tragédia traduz uma diferença mais fundamental ainda no nível *da* intenção. Esta oposição é, em grande parte, dissimulada, porque a retórica, tal a conhecemos por meio dos últimos tratados modernos, foi amputada de sua maior parte, o tratado da argumentação. Aristóteles a define como a arte de inventar ou de encontrar provas. Ora, a poesia nada quer provar, seu projeto é mimético; entendamos por isso, como o diremos mais amplamente adiante, que seu alcance é compor uma representação essencial das ações humanas, seu modo próprio é dizer a verdade por meio da ficção, da fábula, do *mythos* trágico. A tríade *poiesis* – *mimeses* – *kátharsis* descreve de maneira exclusiva o mundo da poesia, sem confusão possível com a tríade *retórica* – *prova* – *persuasão*.

Será necessário, portanto, repor a estrutura única da metáfora sucessivamente no fundo das artes miméticas e no das artes da prova persuasiva. Essa dualidade de função e de intenção é mais radical que toda distinção entre prosa e poesia e constitui sua justificação última.

### **O NÚCLEO COMUM À POÉTICA E À RETÓRICA: “a epífora do nome”.**

Ricoeur desafia essa visão limitada, argumentando que a metáfora não pode ser reduzida apenas a uma função retórica. Ele sugere que a metáfora envolve a interação de significados dentro de um campo semântico, criando algo no ato de nomear. Essa “tensão” entre os termos de uma metáfora abre espaço para a produção de sentidos inéditos, ampliando o potencial da linguagem. Colocaremos provisoriamente entre parênteses os problemas apresentados pela dupla inserção da metáfora na *Poética* e na *Retórica*. É lícito fazê-lo: a *Retórica* – quer tenha sido composta quer somente modificada após a redação da *Poética* – adota pura e simplesmente a definição de metáfora da *Poética*, e essa definição é bem conhecida: “A metáfora é a transferência para uma coisa para o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para gênero, ou da espécie de uma para o gênero da outra, ou por analogia”, *Poética*, 1457 b 2 6-9. Além disso, a metáfora é posta, em outras obras, sob a mesma rubrica da *léxis*, palavra de difícil tradução por razões que se esclarecerão mais adiante; nós nos limitaremos, no momento, a dizer que a palavra concerne ao plano total da expressão. Ora, a diferença entre os dois tratados está em função poética, de uma parte, e retórica, de outra, da *léxis*, e não no pertencimento da metáfora aos

procedimentos da *léxis*, Esta é sempre, o instrumento de inserção, aliás divergente, da metáfora nos dois tratados considerados.

A diferença entre essas duas análises é importante para o nosso propósito: os “esquemas” da elocução são, desde logo, fatos de discurso; na terminologia de Austin, são formas ilocucionárias de discurso. Em contrapartida, as “partes da elocução” são provenientes de uma segmentação do discurso em unidades menores que a frase ou de tamanho igual à frase, segmentação que seria proveniente hoje de uma análise propriamente linguística.

Qual é o resultado, para uma teoria da metáfora, dessa mudança de nível? Essencialmente isto: o termo comum à enumeração das partes da elocução e à definição da metáfora é o nome (*onoma*). Assim, selou-se por séculos a sorte da metáfora: ela se uniu doravante à poética e à retórica, não em termos de discurso, mas em termos de um segmento do discurso, o nome. Resta saber se, sob a pressão dos exemplos, uma teoria virtual da metáfora-discurso não fará rebentar a teoria explícita da metáfora-nome.

Vejamos então mais de perto como o nome funciona numa e noutra parte: na enumeração das partes da elocução e da definição da metáfora.

Caso se considere, em primeiro lugar, a análise da elocução em “partes”, mostra-se claramente que o nome é o suporte da enumeração, e é assim definido (1457 a 10-11): “Um som complexo dotado de significação, sem indicação de tempo, que não tem nenhuma parte que, como parte do todo, seja significativa por si mesma” (trad. Hardy: “O nome é um composto de sons significativos, sem ideia de tempo, e cujas partes não são significativas por si mesma”), A esse propósito, ele é a primeira das entidades enumeradas dotada de significação; diríamos hoje: é a unidade semântica. As quatro partes da *léxis* que o precedem situam-se abaixo do limiar semântico e são pressupostas pela definição do nome. O nome, com efeito, é em primeiro lugar um som complexo, e é necessário, então, antes de tudo, definir o “som indivisível”: e a primeira parte da elocução, a “letra” (diríamos hoje o fonema), provém da “métrica” (diríamos hoje a fonética ou, melhor, a fonologia). Pode-se dizer o mesmo da segunda parte, a sílaba, que é a definida em primeiro lugar negativamente em relação ao nome: “A sílaba é um som desprovido de significado” (*asemos*), e em seguida positivamente em relação a “letra”. “Ela é composta de uma muda e de uma letra que tem um som” (1456 b 34-35). Não saímos dos “sons destituídos de significado”. É sobre esse



núcleo semântico da elocução que será enxertada, dentro em breve, a definição de metáfora como transferência da significação dos nomes. A posição-chave do nome na teoria da elocução é a importância decisiva.

Essa posição é confirmada pela definição das “partes” da elocução que seguem o nome. Este ponto merece um exame atento, pois são partes que unem o nome ao discurso e poderiam deslocar posteriormente o centro de gravidade da teoria da metáfora do nome para a frase ou para o discurso. A sexta parte da *léxis* é o verbo. Este difere do nome apenas por sua relação com o tempo (a doutrina é aqui ponto por ponto conforme à do tratado *Da Interpretação*). Nome e verbo têm em sua definição uma parte comum: “Som dotado de significado”, e uma parte diferencial: “Sem (ideia) de tempo”; o nome “não significa o tempo presente”, mas o verbo “acresce-se ao sentido a indicação do tempo presente, de um lado, e do tempo passado, do outro” (1457 a 14-18). Que o nome seja definido negativamente em relação ao tempo e o verbo positivamente implica que o verbo tenha uma prioridade sobre o nome e, a frase sobre a palavra (na medida em que *onoma* significa ao mesmo tempo o nome por oposição ao verbo e a palavra por oposição à frase)? De modo algum; a oitava e última parte da *léxis* – a “locução” (*lógos*) – extrai sua definição do “som complexo dotado de significado”, o qual como visto, define o nome e acrescenta-lhe isto: “Cujas várias partes têm sentido por si mesmas” (1457 a 23-24). É, portanto, não apenas um som complexo, mas uma significação complexa. Duas espécies são assim incluídas: a *frase*, um composto de nome e verbo, segundo a definição do tratado *Da interpretação*, e a *definição*, um composto de nomes. Não se pode, portanto, traduzir *lógos* por frase ou enunciado, mas somente por locução, para cobrir os dois domínios da definição e da frase. A frase não tem nenhum privilégio na teoria semântica. A palavra, como nome e como verbo, continua a ser a unidade de base da *léxis*.

Pode aduzir, apesar de tudo, duas reservas a essa conclusão demasiadamente brutal. Primeira nuance: o *lógos* é uma unidade própria que não parece derivar da unidade da palavra (“a locução pode ser uma de duas maneiras: ou porque designa uma só coisa, ou pelo liame que reúne muitas coisas” (1457 a 28-29).

A afirmação é duplamente interessante: por um lado, a unidade de significação designada como *lógos* poderia servir de base a uma teoria da metáfora menos tributária do nome por outro, uma combinação de locuções é que constitui a unidade de uma obra, por exemplo a *Iliada*: é necessário, acrescentar uma teoria do discurso a uma teoria da palavra.



Mas também é necessário reconhecer que essa dupla consequência não é explicitamente extraída da afirmação sobre a unidade de significação traduzida pelo *lógos*. (Ricoeur, 2000, p. 28).

A segunda reserva: não se pode considerar que a expressão “som complexo dotado de significado” descreve uma unidade semântica comum ao nome, ao verbo e à locução e, por consequência, que essa expressão não envolva apenas a definição do nome? Aristóteles teria designado com isso, aquém da diferença entre nome, verbo, frase e definição, o portador da função semântica como tal, digamos o “núcleo semântico”. Um leitor moderno tem, certamente, o direito de isolar esse “núcleo semântico” e, por isso mesmo, de fazer uma crítica puramente interna do privilégio do nome. Isso não sem consequências para a teoria da metáfora, que pode assim desligar-se do nome. Ver-se-á que certos exemplos de metáfora, no próprio Aristóteles, caminham nesse sentido. Contudo, mesmo na interpretação mais extensiva, o som complexo dotado de significação designaria essencialmente a palavra, não a frase. Esse núcleo – comum ao nome e a outra coisa que não o nome – não pode, com efeito, designar especificamente a unidade de sentido do enunciado, na medida em que o *lógos* abrange a composição de nomes, ou definição, assim como a composição do verbo e do nome, ou frase. É, portanto, mais sábio deixar suspensa a questão da unidade comum ao nome, ao verbo e ao *lógos*, designada como “som complexo dotado de significado”. Finalmente, a teoria explícita da *léxis*, por sua análise em “partes”, visa isolar não o núcleo semântico eventualmente comum a várias dessas partes, mas as próprias partes e, entre elas, uma parte cardeal. O nome tem a função-pivô.

É, com efeito, do nome que se diz, após a análise em partes da *léxis* e imediatamente antes da definição da metáfora: “Todo nome é ou um nome corrente (*kyrion*), ou estranho, ou metáfora, ou ornado, ou intervalo, ou alongado, ou abreviado, ou alterado” (1457 b 1-3). Esse texto de ligação reúne expressamente a metáfora à *léxis* por intermédio do nome.

### **UM ENIGMA: metáfora e comparação (*eikon*)**

O enigma é mínimo, se o limitamos às questões puramente históricas de prioridade e de dependência no interior do *corpus* aristotélicos. Em contrapartida, ele é rico de lições para uma investigação atenta em recolher todos os índices de uma interpretação da metáfora



em termos de discurso, na contracorrente da definição explícita em termos de nome e de denominação. O traço essencial da comparação é, com efeito, seu caráter discursivo: “Lança-se como um Leão”. Para fazer comparação, são necessários dois termos, igualmente presentes no discurso: “como um leão” não é uma comparação; digamos, antecipando a terminologia de I. A. Richards, que é necessário um *conteúdo*: Aquiles se lança; e um *veículo*: como leão. Quando os modernos disserem que fazer metáfora é ver duas coisas em uma só, eles serão fiéis a este traço que a comparação torna manifesto e que a definição da metáfora pela epífora do nome poderia mascar. Se, formalmente, a metáfora é um desvio em relação ao uso corrente das palavras, de um ponto de vista dinâmico ela procede de uma aproximação entre a coisa a nomear e a coisa estranha à qual ela empresta o nome. A comparação explícita essa aproximação subjacente ao empréstimo e ao desvio.

Objetar-se-á que o propósito expresso de Aristóteles não é explicar aqui a metáfora pela comparação, mas antes a comparação pela metáfora. Após seis retomadas, Aristóteles assinala a subordinação da comparação à metáfora. Este traço é notável precisamente pelo fato de que a tradição retórica posterior não seguirá não seguirá Aristóteles neste ponto. Essa subordinação é operada por várias vias convergentes. (Ricoeur, 2000, p. 43).

Em primeiro lugar, o domínio inteiro da comparação é desmembrado: uma parte, sob o nome de “*parabole*”, é ligada à teoria da “prova”, (Livro I da *Retórica*), que consiste na ilustração pelo exemplo, o qual se subdivide, por sua vez, em exemplo histórico e em exemplo fictício, a outra, sob o nome de *eikon*, é vinculada à teoria da *léxis* e posta no domínio da metáfora.

Em seguida, é o parentesco privilegiado da comparação com a metáfora proporcional que assegura sua inserção no campo da metáfora: “As comparações consideradas são, em certo sentido – como se disse precedentemente (cf. 1406 b 20 e 1410 b 18-19) -, metáforas, pois são sempre formadas por dois termos [lit.: são ditas a partir de dois], como metáfora por analogia; como por exemplo dizemos que escudo é a taça de Ares, e o arco é uma *Phorminx* sem cordas” (III, 11, 1412 b 34 – 1413 a 2). A metáfora proporcional, com efeito, procede à denominação do quarto termo pelo segundo, por elisão da comparação complexa, que opera não entre as próprias coisas, mas entre suas relações duas a duas; neste sentido, a metáfora por proporção não é simples, como quando dizemos que Aquiles é um leão; a simplicidade da comparação, por contraste com a complexidade

da proporção de quatro termos, não é, portanto, a simplicidade de uma palavra, mas de uma relação de dois termos, a mesma para a qual tende a metáfora proporcional. “O escudo é a taça de Ares”. Dessa maneira, a metáfora por analogia tende a identificar-se ao *eikon*: a supremacia da metáfora sobre o *eikon* é, então, se não revertida, em todo caso “modificada” (*ibid*). Mas é porque o *eikon* “diz sempre a partir de dois”, como metáfora por analogia, que a relação pode ser tão facilmente invertida.

Enfim, a análise gramatical de comparação verifica sua dependência em relação à metáfora em geral, e apenas diferem uma da outra pela presença ou ausência de um termo de comparação: assim, em todas as citações da *Retórica* III, 4, a partícula “como” (*hos*); na citação de Homero, aliás citada inexatamente, o verbo de comparação “ele compara” ou um adjetivo de comparação “semelhante” etc. Aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida. A comparação diz “isto é *como* aquilo”, a metáfora diz “isto é aquilo”. Portanto, não é somente a metáfora proporcional mas toda metáfora que é uma comparação implícita, na medida em que a comparação é uma metáfora desenvolvida.

Tal é, a meu ver, o interesse dessa aproximação entre a metáfora e comparação, pois, no próprio momento em que Aristóteles subordina à metáfora, ele distingue na metáfora uma atribuição paradoxal. É possível, do mesmo modo, retomar uma sugestão feita rapidamente e depois abandonada pela *Poética*: “Mas, quando toda a composição se faz em termos tais (metáforas, palavras raras etc.), em barbarismo; a essência do enigma consiste em falar de coisas reais associando termos inconciliáveis; isso não é possível com a combinação de palavras próprias, mas é admissível com a metáfora” (*Poética*, 1458 a 23-33).

Em conclusão, a aproximação com a comparação permite retomar a questão da epífora. Em primeiro lugar, a transferência, como a composição, se faz entre dois termos, é um fato de discurso antes de ser fato de denominação; da epífora também se pode dizer que ela se enuncia a partir de dois termos. Em segundo lugar, a transferência repousa sobre uma semelhança percebida que a comparação torna explícita por meio do termo de comparação que a caracteriza. Que a arte genial da metáfora consista sempre em uma apercepção das semelhanças é confirmado pela aproximação com a comparação que atribui à linguagem a



relação que, na metáfora, é operante sem ser enunciada. A comparação, diremos nós, exhibe o momento de semelhança, operatório, mas não temático, na metáfora.

Ao avançar para uma concepção poética da metáfora, Ricoeur desloca a discussão para além da substituição e da semelhança. Ele defende que a metáfora é uma operação de inovação semântica. Na poética, a metáfora não apenas descreve o mundo de forma figurativa, mas também reconfigura nossa percepção de realidade. Esse caráter criativo transforma a metáfora em um evento cognitivo e ontológico, permitindo-nos ver o mundo de novas maneiras.

### O LUGAR “RETÓRICO” DA LÉXIS

Uma vez estabelecida a definição de metáfora comum à *Poética* e à *Retórica* e a variante tão importante da *Retórica*, a tarefa principal permanece a apreciar a diferença de função que resulta da diferença de inserção da *léxis* na *Retórica*, de um lado, e na *Poética* de outro.

Começaremos pela *Retórica*, cujo lugar é mais fácil de assinalar no *corpus* aristotélico. A retórica grega, como dissemos no início deste estudo, tinha alcance singularmente mais amplo e uma organização interna singularmente mais articulada que a retórica moribunda. Arte de persuasão, visando ao domínio da palavra pública, ela cobria os três campos de argumentação, de composição e de elocução. A redução do todo à terceira parte, e desta a uma simples taxionomia de figuras, explica sem dúvida por que a retórica perdeu sua ligação com a lógica e com a própria filosofia e se tornou disciplina errática e fútil que morreu no século passado.

Com Aristóteles atingimos um tempo forte da retórica; ela constitui uma esfera distinta da filosofia, na medida em que a ordem “persuasivo” como tal permanece o objeto de uma *tékne* específica; mas está solidamente unida a lógica, graças à correlação entre o conceito de persuasão e o de verossimilhança. Uma retórica filosófica – isto é, fundada e vigiada pela própria filosofia – é assim constituída. Nossa tarefa posterior será mostrar por quais intermediários a teoria retórica da metáfora vincula-se a tal programa. (Ricoeur, 2000, p. 50).

O estatuto da retórica como *tékhnē* distinta não apresenta problemas difíceis, e Aristóteles teve o cuidado de definir o que denomina *tékhnē* em um texto clássico das

*Éticas*; há tantas *tékhnai* quanto atividades criadoras; uma *tékhnē* é alguma coisa mais elevada que uma rotina ou uma prática empírica e a, despeito do fato de que ela seja concernente a uma produção, contém um elemento especulativo, a saber, uma investigação teórica sobre os meios aplicados à produção; é um método, e este traço aproxima-a da ciência mais que da rotina. A ideia de que há uma técnica da produção de discursos pode conduzir a um projeto taxionômico tal como o que analisaremos em um estudo posterior; tal projeto não será o último estágio da tecnicização do discurso? Isso é indubitável, mas, em Aristóteles, a autonomia da *tékhnē* importa menos que seu atrelamento a outras disciplinas do discurso, antes de tudo a da prova.

A teoria da *léxis* parece ligada de maneira muito frágil ao tema diretor da *Retórica*, de maneira menos frágil, ver-se-á, que o da *Poética*, que denominará mais nitidamente a *léxis* uma “parte da tragédia”, isto é, do poema. É possível conceber que em poesia a forma ou a figura da mensagem adira a seu sentido para formar uma unidade semelhante à da escultura. Na eloquência, a maneira de dizer guarda um caráter extrínseco e variável. Talvez se possa mesmo arriscar a ideia de que a eloquência, isto é, o uso público da palavra, comporta precisamente a tendência de dissociar o estilo da prova. Do mesmo modo, a falta de consistência da ligação entre um tratado de argumentação e um tratado de elocução ou de estilo revela alguma coisa de instabilidade da própria retórica, estimulada pela contradição interna com o próprio projeto de persuadir.

Objetar-se-á que a fronteira entre prosa e poesia desaparece aqui: não é Homero o autor mais frequente citado? Não é de Homero que é dito: “Todas estas palavras dão o movimento e a vida. Ora, o ato é movimento” (III, 11, 1412 a 10)? A metáfora não seria um procedimento poético estendido à prosa?

Não se poderá responder inteiramente essa objeção antes de retornar à *Poética* de Aristóteles. Digamos provisoriamente que a diferença não está no procedimento, mas no fim visado: eis por que a apresentação figurada e animada é tratada no mesmo contexto em que a brevidade, a surpresa, a dissimulação, o enigma, a antítese; como todos esses procedimentos o traço de espírito está a serviço do mesmo fim: persuadir o ouvinte. Esse fim continua a ser o traço distintivo da retórica.



## O LUGAR “POÉTICO” DA *LÉXIS*

Retomemos em sua outra extremidade o problema da dupla inclusão da metáfora por intermédio da *léxis*. O que é a *léxis* poética? Ao responder a essa questão, vincularemos a definição de metáfora, comum aos dois tratados, à função distinta que lhe confere o projeto da *Poética*.

A definição de metáfora nos levou a descer da *léxis* para suas “partes” e, entre estas, para o *nome* do qual a metáfora é a transposição. Uma investigação sobre a função da metáfora exige que remontemos agora da *léxis* para suas condições.

A condição mais próxima é o próprio poema – aqui, a tragédia – considerado como um todo: “Toda tragédia, pois, comporta necessariamente seis elementos (*mere*), dos quais depende sua qualidade, a saber: enredo (*mythos*), caracteres (*ethe*), elocução (*léxis*), pensamentos (*diánoia*), espetáculo (*ópsis*) e canto (mélopoia)” (1450 a 7-9). O enredo é “o conjunto (*systasis*) de ações realizadas” (1450 a 15). O caráter é que confere à ação sua coerência por uma espécie de “preferência” única, subjacente a ação (1450 a 7-9). A *léxis* é “o conjunto de versos” (1449 b 39). O pensamento é o que diz uma personagem para argumentar sua ação (1470 a 7), e é para ação o que a retórica e a política são para o discurso (1460 b 5-6), sendo o lado propriamente retórico do poema trágico (1456 a 34-36). O espetáculo designa a ordenação (*kósmos*) exterior e visível (1449 b 33). O canto, enfim, é “o maior dos ornamentos” (1450 b 17). (Ricoeur, 2000, p. 62).

Por seu turno, a tragédia é definida por um traço, “a imitação dos homens agindo” (1448 a 1 e a 29), que fornecerá a condição de segundo grau da *léxis*. Reservaremos para uma discussão posterior o conceito aristotélico de *mímesis*, que à poesia o conceito diretor de mesmo nível que o de *persuasão* para a prosa pública.

Detendo-nos no nível da enumeração dos constituintes do poema trágico, importa, para compreender o papel da *léxis*, entender a articulação de todos esses elementos entre si. Eles formam, com efeito, uma rede na qual tudo gira em torno de um fator dominante: o enredo, o *mythos*. De fato, três fatores desempenham conjuntamente um papel instrumental: o espetáculo, o canto e a *léxis* (“pois estes são os meios pelos quais os atores efetuam a imitação”, 1449 b 33-34). Dois outros – o pensamento e o caráter – são denominados as “causas naturais” da ação (1450 a 1); o segundo confere à ação da coerência de uma preferência; o primeiro, a de uma argumentação. Tudo se combina no termo denominado

mythos, que os tradutores transpõem por intriga ou enredo. É aqui, com efeito, que se realiza a espécie de transposição de ações que Aristóteles denomina o *mimo das melhores ações*: “É o *mythos* que é a imitação das ações” (1450 a 3). Entre o *mythos* e a tragédia, não há somente uma ligação entre o meio e o fim, ou entre a causa natural e o efeito, mas uma ligação de essência; eis por que, desde as primeiras linhas do tratado, a investigação organiza-se em torno “dos modos de compor os enredos” (1447 a 8). Ele é importante para nosso propósito de bem entender a proximidade entre o *mythos* do poema trágico e a *léxis* na qual a metáfora se inscreve.

O traço fundamental do *mythos* é seu caráter de ordem, de organização, de disposição, e esse caráter de ordem, por seu turno, refrata-se em todos os outros fatores: ordenação do espetáculo, coerência do caráter, encadeamento dos pensamentos e, enfim, disposição dos versos. O *mythos* faz, assim, eco à discursividade da ação, do caráter e dos pensamentos. É essencial que a *léxis* participe também ela desses traços de coerência.

Objetar-se-á que a *Poética* “serve”-se do conceito de imitação, mas não o “define”. Isso seria verdade se a única definição canônica fosse dada pelo gênero e pela diferença. Ora, a *Poética* define de modo perfeitamente rigoroso a imitação ao enumerar suas espécies (poesia épica, tragédia, comédia, poesia ditirâmbica, composição para a flauta e a lira), e ao relacionar posteriormente essa divisão em espécies com a divisão segundo os “meios”, os “objetos” e os “modos” de imitação. Se, além da “função e gerar prazer, observamos um prazer semelhante àquele que temos ao aprender, poderemos arriscar a interpretação de que a imitação é integralmente definida por esta estrutura que corresponde ponto a ponto à distinção entre causa material, causa formal, causa eficiente e causa final.

Se é verdade que a imitação funciona no sistema aristotélico como traço diferencial que distingue as artes, - belas-artes e artes utilitárias – da natureza, ainda é necessário dizer que a expressão “imitação da natureza” tem por função distinguir, tanto quanto coordenar, o fazer humano e a produção natural. A proposição “a arte imita a natureza” põe em jogo um discriminante, tanto quanto um conector. Contra esse uso temático das palavras, nenhum uso simplesmente operatório (como o que põe em jogo as diferentes ocorrências da palavra natureza ou de seus compostos no texto da *Poética*) poderia prevalecer.

Gostaria de arriscar, para terminar um último argumento, que ultrapassa os recursos de uma semântica aplicada ao de um filósofo do passado e põe em jogo a reativação de seu



sentido em um contexto contemporâneo e deriva de uma hermenêutica. O argumento *concerne* ao próprio termo *physis*, última referência da *mimesis*. Nós acreditamos compreendê-lo ao traduzi-lo por *natureza*.

Mas a palavra *natureza* não será tão enganosa para traduzir *physis* quanto a palavra imitação para a *mimesis*? O homem grego estava, sem dúvida, menos predisposto que nós a identificar a *physis* a um dado inerte. Talvez porque, para ele, a própria natureza seja viva é que a *mimesis* não pode ser servil e que talvez seja possível reproduzir a natureza compondo e criando. Se esta hipótese é válida, compreende-se por que nenhuma *Poética* jamais poderá terminar com a *mimesis*, nem com a *physis*. Em última análise, o conceito de *mimesis*, mesmo criadora, sobretudo criadora, está no horizonte de um ser no mundo que ela torna manifesto na mesma medida em que a eleva ao *mythos*. A verdade do imaginário, a potência de revelação ontológica da poesia, eis o que, de minha parte, vejo na *mimesis* de Aristóteles. É por ela que a *léxis* é enraizada e que os próprios desvios da metáfora pertencem à grande tarefa de dizer o que é. Mas a *mimesis* não significa apenas que todo discurso *está* no mundo. Ela não preserva somente a função *referencial* do discurso poético. Enquanto *mimesis physeos*, ela liga a função referencial à revelação do Real como ato. É função do conceito de *physis*, na expressão *mimesis physeos*, servir como *índice* para esta dimensão da realidade que não se manifesta na simples descrição do que nela é dado. Apresentar os homens “agindo” e todas as coisas “*como em ato*”, tal bem poderia ser a função *ontológica* do discurso metafórico. Nele, toda potencialidade adormecida de existência parece *como* eclodindo, toda capacidade latente de ação, *como* efetiva.

Ricoeur contrasta a retórica, com sua ênfase na persuasão e no uso técnico da metáfora, com a poética, que explora sua dimensão criativa e transformadora. Enquanto a retórica está preocupada com a eficácia do discurso, a poética busca abertura para novas interpretações e experiências do mundo. A metáfora, nesse contexto, deixa de ser um simples ornamento e torna-se um instrumento de revelação e interpretação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ambição deste estudo, foi descrever o ponto de vista do filósofo Paul Ricoeur sobre a tradição da metáfora na retórica, onde Ricoeur, inicia o estudo analisando o conceito de metáfora dentro da retórica clássica, particularmente nos textos de Aristóteles. Na



tradição aristotélica, a metáfora é entendida como um “transporte de sentido” que ocorre por meio da substituição de uma palavra por outra, com base em uma semelhança percebida entre os dois termos. Ela é, portanto, definida como figura de linguagem, confinada ao domínio da eloquência e de persuasão. Apesar de seu papel expressivo, a metáfora, nesse contexto, é considerada acessória, algo que embeleza o discurso, mas que não altera o conteúdo essencial da mensagem. E decorrer de todo o Estudo I Ricoeur demonstra como a metáfora transcende seu papel tradicional na retórica para se tornar um mecanismo essencial da linguagem e do pensamento. Ela é não apenas um instrumento expressivo, mas também um processo criativo que amplia e transforma nosso horizonte de significados. Essa visão poética da metáfora estabelece as bases para os debates posteriores da obra, que aprofundam a relação entre linguagem, pensamento e realidade.

## REFERÊNCIAS

- CESAR Constança Marcondes (org). **Paul Ricoeur: Ensaios**. São Paulo: Paulus, 1988.
- DOSSE, François. **Paul Ricoeur: Os Sentidos De Uma Vida (1913 – 2005)**. São Paulo: LiberArs, 2017.
- PELLAUR, David. **Comprender Ricoeur**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VILLAVARDE, Marcelino Agis. **Paul Ricoeur – A Força da Razão Compartida**, Lisboa, Instituto Piaget, 2009.
- RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. Tradução, Dion Davi Macedo. Editora, Loyola. São Paulo, 2000.
- RICOEUR, Paul. **O discurso da acção**. Tradução, Artur Morão. Lisboa – Portugal, Edições 70, 1988.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa II**. Tradução, Cláudia Berliner. São Paulo Editora, WMF Martins Fontes, 2012.
- SILVA, Maria Luiza Portocarrero. **Conceitos fundamentais de hermenêutica filosófica**. Coimbra 2010.
- TAVARES, Manuel. *Paul Ricoeur e um novo conceito de interpretação: da hermenêutica dos símbolos à hermenêutica do discurso*, **Revista Veritas** v. 63 n. 2. (2018), pp. 436-457.
- TÉTAZ, Jean-Marc. Le langage comme pouvoir de création norme. À propôs das cours de Paul Ricoeur sur le langage (1962-1967). **Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies**, Vol 12, no 1 (2021), pp. 124-151.